



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 26/2019, em que são recorrentes **Adnilson dos Santos Tavares e Jeremias Fernandes Montrond**, e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 47/2019

I - Relatório

1. **Adnilson dos Santos Tavares e Jeremias Fernandes Montrond**, com os demais sinais de identificação nos autos, não se conformando com o Acórdão n.º 50/2019, de 18 de setembro, proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça, vêm, ao abrigo do disposto no artigo 20.º, n.º 1, alíneas a) e b) e n.º 2 da Constituição da República, interpor o presente recurso de amparo, alegando, em síntese, que:

1.1. “[...] *Foram detidos em março de 2017 e a ambos foi aplicada a medida mais gravosa, isto, prisão preventiva e encarcerados na Cadeia Central da Praia.*”

1.2. *Ambos foram acusados por sete crimes de roubo com violência sobre pessoas, um crime de sequestro, um crime de uso não autorizado de veículo, três crimes de porte ilegal de arma.*

1.3. *Foram julgados e condenados pelo 3º Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia, na pena de 22 anos e 6 meses (vinte e dois anos e seis meses) de prisão, bem como no pagamento de indemnização cível, num total de 545.290\$00.*

1.4. *Não se conformando com a sentença, dela interpuseram recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento, que por sua vez confirmou parcialmente a decisão, porquanto reduziu a pena de 22 anos e 6 meses de prisão para 21 (vinte e um anos de prisão), conforme o acórdão n.º 09/2019, de 30 de janeiro.*

1.5. *Desse acórdão interpuseram recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, que confirmou a decisão do Tribunal da Relação de Sotavento pelo acórdão n.º 50/2019.*

1.6. *Compulsado os autos constata-se que antes do julgamento o recorrente Adnilson Tavares, conforme os documentos junto aos autos (folhas 260 e 261), revogou procuração que tinha outorgado a Sra. Dra. Maria Antónia Cruz e constituiu um novo mandatário o Sr. Dr. Francisco Almeida, conforme se pode ver na ata do julgamento (folhas 267).*

1.7. *Mas (...) depois do julgamento e da sentença é a mesma Advogada que a sua procuração já tinha sido revogada, é que aparece novamente no processo a recorrer de todas as decisões tomadas no processo, o que não é admissível por lei.*

1.8. *(...) compulsados os autos, verifica-se também que os arguidos não foram notificados do acórdão nº 69/17, datado de 29 de setembro de 2017, que apreciou o recurso de medida de coação, mas (...) foram notificados apenas das custas desse recurso.*

1.9. *De igual modo, os arguidos não foram notificados para a diligência de audiência e discussão de julgamento, conforme certidão junto aos autos, (532 a 554).*

1.10. *Todas essas omissões constituem nulidade insanável e que pode ser invocado a todo o tempo, conforme reza o nº 2 do artigo 142º, conjugado com alínea h) do artigo 151º todo do CPP;*

1.11. *Tudo isso, culmina na violação do direito do contraditório e a um processo justo e equitativo, artigos 22º, 35º nº 1 e 6, todos do CRCV.*

1.12. *Compulsado os autos, constata-se ainda que foram realizados conjunto diligências de recolhas de provas, e carreado para os presentes autos provas, sem o mínimo respeito para os direitos fundamentais dos recorrentes.*

1.13. *Essas mesmas provas foram utilizadas para sustentar a condenação dos mesmos.*

1.14. *Ademais, foi efetuado leitura das memórias dos telemóveis dos recorrentes, tirado fotografias, invadido perfis do facebook dos mesmos sem o crivo legal.*

1.15. *Ou seja, a PJ em concertação com o MP desencadeou conjunto de diligências de provas de forma abusiva e violadora da intimidade e reserva da vida privada, o que viola os artigos 41º, 440 e 450, todos da CRCV.*

1.16. *O mais grave de tudo isso, é o facto de sustentar a condenação dos mesmos com base nos registos das chamadas, sem ter as transcrições das conversas, o que impossibilita os recorrentes a defenderem, pois não sabemos da veracidade desses registos.*

1.17. *Pois fazer esse raciocínio processual, viola o direito do contraditório e o princípio da presunção de inocência, uma vez que não se pode afirmar que uma pessoa praticou os crimes nas quais é acusado, por simples facto de efetuar chamadas telefónicas.*

1.18. *Por último, verifica-se também nos autos que os recorrentes foram submetidos a prova por reconhecimento, mas, no entanto, conforme se pode ver, não foi cumprido todos os formalismos exigidos pelo legislador processual penal, artigos 197º e seguintes do CPP, o que constitui métodos proibidos de provas artigo 178º do CPP.”*

1.19. Para os recorrentes, todas essas alegadas omissões constituem violação dos seguintes direitos, liberdades e garantias: a presunção de inocência do arguido e o contraditório (art.º 35.º), o processo justo e equitativo (22.º), o direito à intimidade e inviolabilidade de correspondência e de telecomunicações e utilização de meios informáticos e proteção de dados pessoais (art. 41.º, 44.º e 45.º), falta de notificação da data para a realização do julgamento e do acórdão proferido no âmbito de recurso sobre medida de coação (artigo 142º e 151.º do CPP), da irregularidade processual, no que concerne ao acto praticado pela Advogada quando já não tinha poderes para o efeito, isto é, depois de ter sido revogada a procuração e o recorrente Adnilson Tavares ter constituído um novo mandatário.

1.20. Terminam o seu arrazoado, formulando os seguintes pedidos:

A) - Ser admitido, por ser legalmente admissível, nos termos do artº 20º, nº 1 e 2, da Constituição da República de Cabo Verde;

B) - Ser julgado procedente e consequentemente revogado o acórdão nº 50/2019, datado de 18 de setembro de 2019, do Supremo Tribunal de Justiça, com as legais consequências;

C) - Restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados, (contraditório, Presunção da Inocência, reserva da intimidade da vida privada e telecomunicações e proteção de dados pessoais);

D) Ser oficiado ao SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, para juntar aos presentes autos a certidão de todo o processo nº 09/19;”

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso. Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República emitiu o douto parecer constante de fls. 75 a 81 dos presentes autos, tendo feito doughtas considerações e, em síntese, formulado as seguintes conclusões:

“ (...)

Do que se absorve dos acórdãos do Tribunal da Relação e do STJ - documentos juntos para sustentarem o requerido direito de amparo constitucional - verifica-se desde logo, que os recorrentes não suscitaram previamente de forma expressa e processualmente adequada perante nenhuma das instâncias, qualquer das questões que enunciam para apreciação por este Tribunal.

Ora, em momento algum da motivação do recurso apreciado pelo acórdão recorrido, se encontra a colocação de qualquer das questões agora suscitadas - quer a falta de notificação, a representação sem mandado ou a alegada utilização das provas proibidas.

É consabido que os requisitos de admissibilidade do recurso são cumulativos e basta a ausência de um deles, para este não ser admitido.

Assim, não tendo os recorrentes suscitado prévia e expressamente a violação dos direitos fundamentais constitucionalmente consagrados e tão pouco requereram a suas reparações no processo, como dispõe o artigo 3º nº 1 al. c) da Lei de amparo, somos, desde logo, de parecer que o presente recurso, deve ser liminarmente rejeitado.

Contudo, mesmo que diverso seja o entendimento, facilmente se antecipa que o presente recurso está votado ao insucesso, e sempre estaria o Tribunal impedido de o conhecer, por manifestamente não estar em causa a violação de direitos, liberdades e garantias

fundamentais constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo, como adiante se demonstrará:

Primeiramente, solicitam os recorrentes a revogação do Acórdão do Supremo Tribunal Justiça, facto que, implicará, desde logo, a apreciação de questões outras que não têm nada a ver com a temática dos direitos, liberdades e garantias, e como já se enunciou o recurso de amparo constitui um meio processual que não tem por escopo ser mais uma instância de recurso ordinário.

(....)

Na verdade, por força da al. c) do artigo 8º da Lei de Amparo, o recorrente deve, na petição, indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias violadas, com expressa menção das normas ou princípios jurídicos - constitucionais que entende terem sido violados, ao invés de alegar e invocar apenas toda e qualquer inconstitucionalidade que possa conjecturar, divisar ou imaginar e requerer a sua resolução pelo Tribunal.

(...)

Com efeito, nos autos ora em crise, os recorrentes tiveram a possibilidade de apresentar e requerer provas, aduzir as suas razões de facto e de direito, quer perante o tribunal de primeira instância, quer perante os tribunais de recurso, e obtiveram decisões, que no essencial respeitaram o quadro legal em vigor. Decisões que se encontram fundamentadas e nelas foram apreciadas e decididas todas as questões apresentadas pelos ora recorrentes.

Por conseguinte, salvo sempre melhor entendimento, temos por nós que manifestamente não há violação de nenhum dos alegados direitos fundamentais.”

3. É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir da admissibilidade do recurso nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro (doravante Lei do Amparo).

II – Fundamentação

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, sob a epígrafe tutela dos direitos, liberdades e garantias:

“A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:

a) O recurso de amparo pode ser interposto contra actos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;

b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade.”

A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para a ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades, e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

Acompanha-se a análise de Manuel Carrasco Durán, citado por Catarina Santos Botelho na obra intitulada a Tutela Direta dos Direitos Fundamentais, Avanços e Recuos na Dinâmica Garantística das Justiças Constitucional, Administrativa e Internacional, Almedina, 2010, p. 217, quando diz que o recurso de amparo apresenta-se como um instrumento jurisdicional vocacionado para a proteção de determinados direitos fundamentais, cujo conhecimento se atribui ao Tribunal Constitucional, e que se caracteriza pelos princípios da subsidiariedade e excecionalidade.

O carácter subsidiário do recurso de amparo resulta da Constituição e da configuração da Lei do Amparo, ao estabelecerem o esgotamento prévio das vias de recurso ordinário como um dos pressupostos do recurso de amparo.

O recurso de amparo está destinado unicamente à proteção de direitos fundamentais, pelo que está vedado ao Tribunal Constitucional conhecer de questões de legalidade ordinária conexas, como se depreende do teor literal do n.º 3 do art.º 2.º da Lei do Amparo.

Pois, no recurso de amparo não pode ser feito valer outra pretensão que não seja a de restabelecer ou de preservar os direitos, liberdades e garantias constitucionais referidos nos artigos anteriores.

A natureza excecional do recurso de amparo implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados.

Por conseguinte, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva, de proteção de direitos fundamentais.

Antes de identificar e analisar os pressupostos e os requisitos do recurso de amparo e aferir se no caso vertente se verificam, importa consignar que o seu objeto não se identifica com qualquer ato de natureza legislativa ou normativa, como resulta expressamente do n.º 2 do artigo 2.º da Lei do Amparo.

2. Tratando-se de um recurso de amparo contra uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, atento o disposto no artigo 16.º da Lei do Amparo.

O recurso de amparo não será admitido quando:

a) Tenha sido interposto fora do prazo

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, o recurso não será admitido quando tenha sido interposto fora do prazo; e, nos termos do n.º 1 do artigo 5º da Lei do Amparo, *o recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais.*

O Acórdão ora impugnado foi notificado aos recorrentes na pessoa de seus mandatários e pessoalmente em 19 e 26 de setembro de 2019, respetivamente, e a petição de recurso deu entrada na Secretaria desta Corte a 7 de outubro de 2019. Pelo que se considera que o recurso foi tempestivamente interposto, atento o disposto no número 2 do artigo 3.º, no

número 1 do artigo 5.º da Lei do Amparo, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 137.º do CPC aplicável com as necessárias adaptações *ex vi* do artigo 1.º da Lei do Amparo.

b) A petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7.º e 8.º

i. Nos termos dos números 1 e 2 do artigo 7.º da Lei do Amparo:

“1. O recurso é interposto por meio de simples requerimento, devidamente fundamentado, apresentado na secretaria do Supremo Tribunal de Justiça.

2. No requerimento o recorrente deverá indicar expressamente que o recurso tem a natureza de amparo constitucional.”

Resulta da petição de recurso que os recorrentes apresentaram o seu requerimento na secretaria do Tribunal Constitucional e indicaram de forma expressa que se trata de ***“Recurso de Amparo Constitucional”***.

Consideram-se, pois, preenchidos os requisitos previstos no artigo 7.º supracitado.

ii. São requisitos da fundamentação vertidos no n.º 1 do artigo 8.º da Lei do amparo:

a) Identificar a entidade, o funcionário ou agente autor do acto ou da omissão referidos no nº 1 do artigo 2.º e artigo 3º, bem como os interessados a quem o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

b) Indicar com precisão o acto, facto ou a omissão que, na opinião do recorrente, violou os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais;

c) Indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais que julga terem sido violados, com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados;

d) Expor resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição;

e) Formular conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição.

2. A petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se identificará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos ou garantias fundamentais violados.

Compulsados os autos, verifica-se que os recorrentes atribuem à Seção Criminal do Supremo Tribunal de Justiça a responsabilidade pela violação dos direitos fundamentais que indicam, por ter confirmado as seguintes condutas adotadas pelo Tribunal da Relação de Sotavento, através do Acórdão n.º 09/2019, de 30 de janeiro:

1.^a. Não terem sido notificados do acórdão n.º 69/17, de 29 de setembro, que havia apreciado o recurso interposto contra a medida de coação privativa de liberdade, tendo sido notificados apenas das custas emergentes desse recurso;

2.^a. Não terem sido convocados para a audiência de discussão e julgamento, conforme a certidão junto aos autos, (532 a 554).

3.^a. Terem sido realizadas “*diligências de recolhas de provas, e carreado para os presentes autos provas, sem o mínimo respeito para os direitos fundamentais dos recorrentes, provas essas que foram utilizadas para sustentar a condenação, tais como a leitura das memórias dos telemóveis dos recorrentes, foram tiradas fotografias, invadidos perfis do facebook dos mesmos sem o crivo legal.*”

4.^a. Terem sido “*realizadas pela PJ e em concertação como o MP diligências de provas de forma abusiva e violadora da intimidade e reserva da vida privada, o que viola os artigos 41.º, 44.º e 45.º, todos da CRCV.*”

5.^a. Ter sido a condenação sustentada nos registos das chamadas, sem que tenham sido efetuadas as transcrições das conversas, o que impossibilitou os recorrentes de se defenderem, pois não sabem da veracidade desses registos;

6.^a. Terem sido submetidos a prova por reconhecimento sem que tenham sido “*cumpridos todos os formalismos exigidos pelo legislador processual penal, artigos 197º e seguintes do CPP, o que constitui métodos proibidos de provas artigo 178º do CPP;*”

7.^a. Terem sido praticados atos processuais por advogada cuja procuração forense tinha sido revogada pelo recorrente Adilson dos Santos Tavares.

Para os recorrentes, todas essas alegadas omissões constituem violação dos seguintes direitos, liberdades e garantias, a saber: a presunção de inocência do arguido e o contraditório (art.º 35.º), o processo justo e equitativo (22.º), o direito à intimidade e inviolabilidade de correspondência e de telecomunicações e utilização de meios informáticos e proteção de dados pessoais (art. 41.º, 44.º e 45.º), falta de notificação da data para a realização do julgamento e do acórdão proferido no âmbito de recurso sobre a medida de coação (artigo 142º e 151.º do CPP), da irregularidade processual, no que concerne ao acto praticado pela Advogada quando já não tinha poderes para o efeito, isto é, depois de ter sido revogada a procuração e o recorrente Adnilson dos Santos Tavares ter constituído um novo mandatário.

A fundamentação do presente recurso, não sendo exemplar, resume as razões de facto e de direito que sustentam a petição e formula conclusões, embora praticamente nada do que nela se alega tenha resultado direta ou indiretamente do acórdão ora impugnado.

Os amparos solicitados traduzem-se em *ser julgado procedente e revogado o acórdão nº 50/2019, datado de 18 de setembro de 2019, do Supremo Tribunal de Justiça, e, consequentemente, serem restabelecidos os direitos, liberdades e garantias que indicam como tendo sido violados pelo acórdão recorrido.*

Os requisitos previstos pelo artigo 8.º da Lei do Amparo têm sido avaliados sempre de forma compatível ao direito fundamental ao amparo e o Tribunal tem afirmado que mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer. Considera-se, pois, que a presente fundamentação, embora não seja modelar, respeita, pelo mínimo, os requisitos estabelecidos na Lei do Amparo.

c) O requerente não tiver legitimidade para recorrer

Adotando o conceito de legitimidade ativa recortado pelo n.º 1 do artigo 25.º do Código de Processo Civil conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Amparo, segundo o qual tem legitimidade quem tiver interesse direto em demandar, não se pode negar aos recorrentes a legitimidade para interpor o recurso de amparo contra uma decisão que alegadamente terá violado os direitos, liberdades e garantias acima mencionados.

d) Não tiverem sido esgotadas, ainda, todas as vias de recurso

Conforme jurisprudência firme desta Corte, a exigência do esgotamento de todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo decorre da natureza excecional e subsidiária desse meio especial de proteção de direitos fundamentais amparáveis.

Por isso, o recorrente tem o ónus de demonstrar que a violação dos seus direitos fundamentais amparáveis não encontrou reparação no sistema de garantias ordinárias, como, aliás, resulta claramente do disposto no artigo 6.º da Lei do Amparo:

“O recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo.”

Esta Corte Constitucional, através do Acórdão n.º 11/2017, de 22 de junho, publicado na I Série do *Boletim Oficial*, n.º 42, de 21 de julho de 2017, considerou que o disposto na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo deve ser apreciado e integrado no juízo de admissibilidade a ser feito em relação a cada recurso de amparo, designadamente para se preservar a subsidiariedade desse tipo de queixa constitucional, mas a abordagem a ser adotada deve ser temperada no sentido de garantir o acesso à justiça constitucional aos titulares de direitos, liberdades e garantias e, em simultâneo, salvaguardar o papel da jurisdição ordinária na preservação das posições jurídicas individuais fundamentais protegidas pela Constituição.

A partir desse Acórdão, o Tribunal Constitucional tem vindo a escrutinar especificadamente o disposto na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo, enquanto pressuposto de admissibilidade associado ao esgotamento das vias de recurso ordinário, sendo disso exemplo o Acórdão n.º 13/2017, de 20 de julho, publicado na I Série, n.º 47, do *Boletim Oficial* de 8 de agosto de 2017, no âmbito do qual se firmou o entendimento de que sempre que possível é de se exigir que o recorrente demonstre ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perçíveis, que tenha requerido a sua reparação e que a violação não tenha sido reparada.

Tratando-se de potencial violação de direitos, liberdades e garantias imputada a um Acórdão proferido pela mais alta instância judicial da ordem comum, exige-se que o interessado demonstre ter arguido a violação do direito em termos perceptíveis, ter requerido a sua reparação e que esta não tenha sido feita.

Compulsados os autos, verifica-se que relativamente à violação do direito à presunção de inocência do arguido na modalidade *in dubio pro reo* solicitaram a reparação dessa violação, mas circunscrita à problemática da valoração da prova, a qual na sua perspetiva terá sido deficientemente apreciada pelo Tribunal da Relação de Sotavento, que se baseou apenas na prova testemunhal para confirmar a sentença condenatória, como se pode constatar pela transcrição das conclusões constantes das alegações do recurso que dirigiram ao Supremo Tribunal de Justiça:

“Primeira. Não existem elementos de prova suficientes para manter como autores dos crimes imputados aos recorrentes;

Segunda: A testemunha Eduíno, considerando como prova suficiente entre o cúmulo provatório apresentado no processo, além de não ser caracterizado enquanto o seu depoimento com sinais de idoneidade e precisão, não consegue identificar aos recorrentes como autores;

Terceira. Tendo em vista que a insuficiência demonstrada da única prova considerada como válida para sancionar aos recorrentes apresenta tais faltas, ao ser combinadas com outros elementos provatórios, só adquire modalidade de indício e não pode ser tida como plena,

Quarta. Mesmo assim, as restantes provas praticadas durante a instrução e a fase de julgamento, não conseguem sustentar a prova testemunhal única de Eduíno, e são meras circunstâncias de tempo e lugar, não de identificação de pessoas.”

O Supremo Tribunal de Justiça decidiu a questão que lhe foi colocada nos seguintes termos:

“1. Alegam os recorrentes que o acórdão recorrido padece de insuficiência de elementos probatórios, que não existem nos autos elementos de prova suficientes para a sua condenação, razão pela qual deve prevalecer o princípio in dubio pro reo, tanto mais que a condenação baseou-se apenas no depoimento da testemunha Eduíno, que não os conseguiu identificar como autores dos factos.

Ora, com semelhante alegação, os recorrentes questionam a prova produzida nos autos e que serviu de base para a sua condenação. Trata-se, por conseguinte, de questão de facto, subtraída à competência do Supremo Tribunal de Justiça, como acima ficou expresso, e que não se confunde com a insuficiência da matéria de facto provada, vício que não se confunde com a insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, vício previsto no art.º 442.º n.º2 a) do CPP, o qual deve resultar do texto da decisão recorrida. Sendo certo que, no caso presente, os arguidos não indicam em que consistiria esse vício, nem tal resulta do texto da decisão recorrida, pois que os factos dados como provados permitem a solução de direito encontrada.

Sempre se dirá, entretanto, que basta ler o acórdão recorrido para se chegar à conclusão de que não é exata a afirmação de que a decisão de condenação dos arguidos se baseou unicamente no depoimento da testemunha Eduíno. Com efeito, as instâncias enumeraram todos os meios de prova que serviram para a formação da sua convicção, sendo o depoimento da referida testemunha apenas um deles, sendo certo que a avaliação da maior ou menor credibilidade de um testemunho está reservada por lei ao julgador, e não aos intervenientes processuais.

[...]

A fundamentação do acórdão não deixa transparecer qualquer dúvida sobre a prova dos factos imputados aos arguidos. Assim, não tem qualquer cabimento a invocação do princípio in dubio pro reo.”

Acontece que no recurso de amparo em apreço, os recorrentes persistem na invocação da violação do princípio da presunção de inocência na modalidade in dubio pro reo, alegando, todavia, factos e circunstâncias que não sendo novos, não levaram ao

conhecimento do Supremo Tribunal de Justiça, tendo-lhe imputado a adoção das seguintes condutas que nada tem que ver com conteúdo do acórdão recorrido:

“Terem sido realizadas “diligências de recolhas de provas, e carreado para os presentes autos provas, sem o mínimo respeito para os direitos fundamentais dos recorrentes, provas essas que foram utilizadas para sustentar a condenação, tais como a leitura das memórias dos telemóveis dos recorrentes, foram tiradas fotografias, invadidos perfis do facebook dos mesmos sem o crivo legal; terem sido realizadas pela PJ e em concertação como MP “diligências de provas de forma abusiva e violadora da intimidade e reserva da vida privada, o que viola os artigos 41.º, 44.º e 45.º, todos da CRCV; ter sido a condenação sustentada “nos registos das chamadas, sem que tenham sido efetuadas as transcrições das conversas, o que impossibilitou os recorrentes de se defenderem, pois não sabem da veracidade desses registos; terem sido submetidos a prova por reconhecimento sem que tenham sido “cumpridos todos os formalismos exigidos pelo legislador processual penal, artigos 197º e seguintes do CPP, o que constitui métodos proibidos de provas artigo 178º do CPP.”

Significa que, em relação a essas alegadas condutas, não se verifica o pressuposto esgotamento das vias de recurso ordinário, porquanto, tendo a possibilidade de requerer a sua reparação junto do Supremo Tribunal de Justiça, não o fizeram.

Relativamente às demais alegadas omissões e vícios e/ou irregularidades processuais, mesmo aquelas que, em abstrato, poderiam configurar nulidades insanáveis, a falta de esgotamento das vias prévias de recurso ordinário é manifesta, tendo em conta que em momento algum se requereu a sua reparação junto do Supremo Tribunal de Justiça.

As condições de inadmissibilidade do recurso foram concebidas como pressupostos em que a falta de um deles determina a sua rejeição, a menos que seja aquele pressuposto suscetível de sanção ou aperfeiçoamento, como é o caso da fundamentação, em que se confere ao recorrente a oportunidade de corrigir a sua petição de recurso.

A falta de esgotamento das vias ordinárias de recurso constitui um pressuposto insuprível e a prática deste Tribunal tem sido de escrutinar sequencialmente os pressupostos

previstos no artigo 16.º, bastando a ausência de um para se determinar a rejeição do recurso.

Conclui-se, pois, que o presente recurso de amparo não deve ser admitido.

III - Decisão

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem não admitir o presente recurso, ordenando o seu arquivamento.

Registe, notifique e publique.

Praia, 31 de dezembro de 2019

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 21 de janeiro de 2020.

O Secretário,

João Borges